

AINDA À ESQUERDA: UMA DEFESA DE JUNHO DE 2013

REMAINING ON THE LEFT: IN SUPPORT OF JUNE 2013

Marina Monteiro

Cientista social, educadora, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem como principais temas de pesquisa saúde mental, biopolítica, educação e movimentos sociais.

RESUMO

Neste artigo retomo algumas narrativas sobre o Levante Popular de Junho de 2013, considerando o material etnográfico por mim produzido desde 2013 e também o cenário micro e macropolítico desde então. Dez anos passados das revoltas, seus efeitos e suas disputas narrativas ainda se fazem presentes, bem como os não tão eventuais equívocos analíticos que culpabilizam as manifestações de 2013 pelo crescimento do conservadorismo no Brasil. Aqui, procurarei demonstrar que as manifestações tiveram predominantemente caráter popular e à esquerda, e que as tentativas de caracterizá-las como preâmbulo conservador foram muitas vezes utilizadas pelas esquerdas institucionais para reafirmar sua posição de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Levante de Junho de 2013; esquerda combativa; etnografia política.

ABSTRACT

In this article, I revisit some narratives about the Popular Uprising of June 2013, considering the ethnographic material I have produced since 2013, as well as the micro and macropolitical scenario since then. Ten years since the uprisings, their effects and narrative disputes are still present, as well as the not-so-infrequent analytical mistakes that blame the 2013 protests for the growth of conservatism in Brazil. Here, I will seek to demonstrate that the protests had predominantly a popular and leftist character, and that attempts to characterize them as a conservative preamble were often used by institutional left-wing parties to reaffirm their position of power.

KEYWORDS: June 2013 Uprising; combative left; political ethnography.

Introdução

“Deixa passar a revolta popular!”¹

Em 2023 completam-se 10 anos do Levante Popular de Junho de 2013 – série de protestos que, diz-se, mobilizou as massas e sacudiu a suposta inércia política do povo brasileiro. A distância temporal desses protestos parece-me, por vezes, confusa. Às vezes, parece que foi ontem, outras vezes, parece que se passaram mais de 100 anos, tamanhas foram as mudanças de conjuntura que tivemos desde então. Mas o que dizer de Junho de 2013 após esses 10 anos?

Por vezes referido como “o mês que não terminou”, escutei também de um nativo² a frase, um tanto curiosa, “o ano que não aconteceu”, referindo-se às promessas de revoluções e ascensão política de esquerdas mais radicalizadas ou com uma mudança brusca da organização social – que não se concretizou. Paralelo a isso, podemos pensar também em como Deleuze e Guattari (2015) discutem sobre o (não) acontecimento de maio de 1968 na França, com base no entendimento de que um evento está deslocado de suas supostas causalidades, e que são as leituras posteriores que o interpretam, já com o viés dado pelo desenrolar dos eventos. “Maio de 68” é entendido como um “fenômeno de vidência, como se uma sociedade visse, de repente, o que ela tinha de intolerável, e visse também a possibilidade de outra coisa” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 119). Nesse sentido, também Junho de 2013 pode ser entendido como uma janela parecida, que se abre para possibilidades de formas mais sutis de reordenamento social.

No entanto, essas sutilezas levam também à polêmica, que é bem mais comum e mais perigosa, que diz respeito à própria natureza dos protestos, e se foram eles frutos de um processo sócio-histórico realizado pela direita ou pela esquerda, vulgarmente falando. Neste artigo, trabalharei um pouco entre esses preâmbulos narrativos de 2013, considerando o material etnográfico densamente produzido desde 2013 e o cenário micro e macropolítico desde então, bem como tendo por base também as minhas premissas também sujeito do cenário político atual.

Junho como disputa de narrativas – por que a história nunca termina

Em meio ao coro do discurso vigente de que é impossível (ainda?) compreender Junho de 2013 em seus significados e desdobramentos mais profundos, entendo também a necessidade de fazer um esforço de contextualização e problematizações já que, sem isso, ficaríamos à mercê da

¹ Palavra de ordem proferida em manifestações de rua.

² Há um grande debate na antropologia sobre a terminologia adequada para designar quem faz parte de nossa pesquisa: nativo, sujeito, interlocutor, o outro, pessoa etc. O termo “nativo” surge no âmbito de uma antropologia primeira que se referia, realmente, ao uso concreto do termo como alguém nascido em determinado local, usado em oposição pelo pesquisador que era, de fato, um estrangeiro. Aquém desse debate sobre alteridades, valho-me aqui de uma licença epistêmica e talvez poética para chamar de “nativo” simplesmente as pessoas que participaram da minha pesquisa.



história. Junho de 2013 aconteceu em um contexto político internacional específico, mas também bastante atravessado pelas nuances peculiares da história política brasileira recente.

O chamado período de redemocratização da sociedade brasileira ocorreu na década de 1980, ao passo que se finalizava a ditadura militar. Nesse contexto de redemocratização chama a atenção o surgimento de novos partidos políticos; entre eles gostaria de destacar a emergência do Partido dos Trabalhadores (PT) como aquele que se origina dentro do campo da esquerda e tendo como promessa ser o porta-voz dos trabalhadores. Mesmo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Luís Carlos Prestes afirmando, já na década de 1980, que o projeto político do PT era reformista, conciliador com o sistema capitalista e não tinha pautas verdadeiramente revolucionárias – ou talvez por isso mesmo –, o PT foi o partido que teve maior adesão no campo da esquerda institucional, logo se tornando apto às disputas eleitorais mais acirradas.

Para Marcos Nobre (2022), após a redemocratização e, mais precisamente, no período entre 1994 e 2013, fica evidente a disputa eleitoral polarizada entre o PT e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), os quais conseguiram maior apoio e número nos principais cargos políticos nacionais. Esse autor chama esse modo de política institucional de “pemedebismo”, que consistiu no funcionamento das formas discursivas de partidos institucionais que atuam através dos pilares historicamente constituídos como forças políticas opositivas, mas que, na maior parte das vezes, apenas reforçam as mesmas políticas dentro de um mesmo sistema de governabilidade.

No que se refere aos movimentos sociais, a sociedade brasileira também passou por mudanças. Scherer-Warren e Luchmann (2011) argumentam que novos atores políticos surgiram na sociedade brasileira a partir da década de 1980, com destaque para as greves operárias, movimentos de base eclesiais e associações de moradores, entre outros, o que as autoras denominam de associativismo civil. Com o reforço da nova constituição, promulgada em 1988, o povo passa a poder atuar diretamente na política em uma maior possibilidade de articulações entre sociedade civil e Estado. A partir da década de 1990, há uma emergência de cada vez mais processos de institucionalizações da participação popular.

Na década de 1990, o Brasil entrou na agenda global neoliberal das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, assim como os movimentos sociais entraram na agenda das pautas ecológicas, identitárias, antiglobalização e antiprivatização que acontecia também nos Estados Unidos e na Europa.

Os anos 2000 foram marcados por manifestações com pautas por direitos à cidade, com ênfase no transporte e nas ocupações urbanas. Internacionalmente, estavam em vigor as pautas identitárias e a discussão sobre redistribuição de renda. Chama a atenção, em âmbito nacional e internacional, formas de organização horizontais e autogestionárias nas manifestações de esquerda. Internacionalmente, Junho de 2013 aconteceu em um período no qual se desenrolava ainda os acontecimentos da Primavera Árabe, que, de acordo com Castells (2013), foi quando

ocorreu pela primeira vez a emergência das redes sociais como dispositivo potencializador dos protestos, marcadas também por pautas populares e de esquerda.

É um resumo breve e incompleto, mas nos coloca onde precisamos estar: pensar que as manifestações 2013 não surgiram do nada, tendo atrás de si historicamente um legado sólido sobre a ocupação de rua por pautas de esquerda. E o fato de, 10 anos depois dessa série de eventos terem supostamente terminado (uma vez que seus desdobramentos continuaram e continuam, como discutirei adiante), estarmos ainda na posição de ter que justificar e relembrar o motivo de Junho de 2013 ser um levante legitimamente popular, e não um prelúdio fascista, é algo que merece, por sua vez, ser mais bem problematizado.

A negação da potência transformadora popular de Junho de 2013 foi defendida principalmente pela esquerda institucionalizada, a mesma que, por anos, foi responsável pelo afastamento crítico de suas bases e por processos de burocratização dos movimentos sociais.

De acordo com Rosana Pinheiro-Machado (2019), afirmar que as ruas não eram coesas e que, por isso, eram de direita, foi um argumento utilizado na tentativa de descaracterizar as ondas de protestos como populares. No entanto, esse argumento surgiu mais como uma narrativa idealizada sobre como deveriam ser os movimentos e distante da materialidade do que acontecia de fato nas ruas. Seja por má-fé ou erro de análise, essa foi uma narrativa que supunha haver necessidade de pautas irrealisticamente coesas para que as manifestações fossem consideradas como detentoras de pautas consideradas válidas. Para o partido então no poder, pareceu mais simples caracterizá-las como antidemocráticas em vez de se propor a entender as demandas (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Além disso, ao não entender os eventos de junho de 2013 como formas de manifestação popular, o PT mostrou quão distante estava da população, e que já não podia entender sua linguagem e seus modos de ação. Culpar uma classe média elitizada e querer colocar todas as pautas das manifestações como ilegítimas forças precursoras do golpe não isenta o governo do PT de sua parcela de responsabilidade por ter se tornado tão distante de sua base (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

A incapacidade de compreender o Levante de Junho, quando não apenas instrumental, é também sintomática da ausência de ferramentas teóricas capazes de dar conta dessas novas mobilizações sociais. Para Paolo Gerbaudo (2017), as mobilizações recentes apresentam como característica a articulação de aspectos bastante díspares e segregados no cenário político do século XX: de um lado, os autonomistas e neoanarquistas (também chamados anarquistas pós-modernos, que surgem depois dos protestos de 1968); de outro, elementos populistas democráticos – e é a junção desses aspectos, para o autor, que torna os movimentos recentes difíceis de serem assimilados pelas teorias políticas existentes.

Assim como defendem Camila Jourdan (2023), Giuseppe Cocco (2018), Marcos Nobre (2022) e Rosana Pinheiro-Machado (2019), entre outros autores, afirmo que não foi o Levante de 2013 que precedeu o surgimento de uma onda conservadora ou neofascista; o discurso que o



engloba nesses parâmetros é arbiloso e tem como finalidade a desmobilização das formas autônomas de participação política.

Para o historiador Filipe Proença Carvalho Moraes (2023), as análises das esquerdas institucionais “esqueceram” que a luta de classes não é linear, tem contradições, com seus avanços e recuos. Para ele, Junho de 2013 “foi um levante popular contra a precarização da vida”, e, em última análise, pode ser considerado como uma força antibolsonarista, ao revés do que veio depois, entendendo o bolsonarismo como uma resposta da direita ao levante exatamente por conta do sucesso da revolta popular. Nesse sentido, culpar Junho de 2013 pela ascensão do fascismo seria o mesmo que culpar a luta camponesa pelo golpe militar de 1964, culpar a Gloriosa Guerrilha do Araguaia ou a Ação Libertadora Nacional (ALN), culpar quem lutou contra a ditadura pelo fato de a ditadura ter se instaurado etc. Em suma: “inverter a lógica de causa e efeito” (CARVALHO MORAES, 2023).

Isso não quer dizer que uma reação conservadora e mesmo fascista não tenha se exacerbado nos últimos anos. Mas aqui convém ressaltar que a ascensão conservadora (materializada no Brasil também no golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff, na prisão de Lula em 2018 e, por fim, no resultado eleitoral altamente conservador que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro para presidente em 2018) não é uma fatalidade apenas na política brasileira. Nos últimos anos, a despeito de ondas de protestos que ocorreram ao redor do mundo, percebe-se o aumento de políticos com pautas conservadoras e neofascistas com grande respaldo de parcela da população que, em muitos casos, chegaram ao poder. O caso mais notório talvez tenha sido Donald Trump ter sido eleito nos Estados Unidos com uma agenda política bastante controversa, mas apoiada pela população, como a defesa da expulsão dos imigrantes. Em entrevista ao *El Pais*, questionado sobre a relação entre a eleição de Trump e o movimento Occupy Wall Street, David Graeber afirma que não foi o movimento que provocou a onda de ódio e reação da direita, mas que:

a ira daqueles eleitores já estava lá. Nós dizíamos o que nenhum meio de comunicação nem membros da classe política diriam, embora todos pensassem assim. Todo mundo está de acordo quanto ao fato de que os sistemas políticos são corruptos. Se não foram apresentadas soluções construtivas, as pessoas apostarão em medidas destrutivas. Daí o avanço de governos populistas eleitos democraticamente. (GRAEBER, 2018).

Assim como existem convergências entre os *modi operandi* presentes nos protestos brasileiros com o de outras partes do mundo, desdobramentos semelhantes também se fazem notar. Os protestos insurrecionais ocorreram em várias partes do mundo, bem como reações conservadoras aconteceram logo em seguida.

Mas os discursos reacionários não surgiram do dia para a noite. Eles estavam ali, e nem tão à espreita assim. Com a popularização do acesso às redes sociais, mais especificamente na eleição de 2010, o acirramento da disputa eleitoral tem reverberado em inúmeras discussões *on-line*, com

destaque para o aumento de troca de insultos e difamação entre os eleitores. No Brasil, pelo menos desde 2010 passou a existir agressões virtuais e, ao final da eleição desse ano, mapas com o país dividido de modo a abarcar a oposição azul (PSDB) e vermelha (PT) foram amplamente difundidos ao lado de análises e sátiras. O país estava dividido quase meio a meio, e os discursos antipetistas proliferavam junto à disseminação de preconceitos diversos. Eleitores derrotados reproduziram discursos de ódio contra pobres e nordestinos que se beneficiavam das políticas sociais do governo e, entre piadas e ameaças, chegavam a pedir a separação do país.

Durante e ao final das eleições presidenciais de 2014, com o país já em crise econômica, teve grande circularidade um mapa semelhante com os mesmos discursos intolerantes sendo reproduzidos de forma ainda mais disseminada, e logo após a vitória de Dilma Rousseff, a oposição passou a ameaçar um *impeachment*. A crise política evidente acentuava os discursos de ódio que já estavam sendo trazidos nos últimos anos, e o deputado Jair Bolsonaro passou a ocupar o lugar de possível salvador de um país afundado na desordem. Esse lugar político, no entanto, já existia, e políticos como Silas Malafaia e Marcos Feliciano já conseguiam grande apoio popular com suas pautas conservadoras.

Durante os próximos quatro anos, esse discurso se acentuava e as esquerdas, muito ocupadas em manter, retomar ou tentar conquistar suas posições de poder, nada fizeram de concreto para combatê-lo. E é necessário também analisar como os então detentores de poder lidaram com a situação, em vez de simplesmente culpar os revoltosos. De acordo com a Rede Universidade Nômade (REDE, 2018), o resultado das eleições de 2014 “é o desfecho do turno que começou em 2014, depois da pacificação do levante de junho de 2013” e da incapacidade do campo da esquerda em fazer uma crítica ao governo petista.

O que ocorreu no Brasil estava em consonância com o que ocorria em âmbito global: como uma “nova” direita antiglobalização se utiliza da narrativa de proteção da família e da nação contra as diferenças e os “de fora” – ou ainda, em alguns casos, contra a clássica ameaça comunista – para ganhar espaço entre eleitores, mesmo aqueles que não se beneficiam de suas agendas.

Para isso, a nova direita usa as contradições e limites da globalização (como a perda de estatuto das classes médias e dos trabalhadores industriais) por meio de uma polarização sistemática e criação de falsos conflitos. As guerras culturais são, pois, dispositivos fundamentais de mobilização social e eleitoral da nova direita. (REDE, 2018).

O aumento de uma reação conservadora que já existia na sociedade é, de certa forma, similar aos acontecimentos que ocorrem após o Maio de 68 francês. Para Deleuze e Guattari (2015), os impasses na crise que ocorreram alguns anos depois decorreram da incapacidade da sociedade francesa de assimilar Maio de 68, e todo o âmbito do possível aberto pelos manifestantes “foi esmagado antecipadamente pela reação contra 68, quase tão forte à esquerda,

quanto à direita” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p. 120), ambas tendo marginalizado ou caricaturizado tudo o que era novo. Também nas manifestações e em seus desdobramentos atuais, podemos perceber que tanto as esquerdas como as direitas institucionais têm se esforçado em negar a potência dos protestos, sua instrumentalização e/ou a culpabilização das manifestações populares pela crise política. De maneiras diferentes, sim, mas todas concordam que as manifestações populares representam um perigo para as suas agendas.

Abaixo e à esquerda

Em minha tese de doutorado analisei o Levante Popular de Junho de 2013 e suas continuidades na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em uma etnografia realizada com sujeitos que tinham por diretrizes políticas a esquerda não eleitoral/institucional. Nesse sentido, o objetivo era trazer suas narrativas das manifestações com caráter de revoltas populares, anticapitalistas, combativas e independentes. Além disso, também elaborei uma série de problematizações sobre as continuidades e possíveis consequências das revoltas populares de Junho de 2013 dentro uma perspectiva local e global (MONTEIRO, 2018).

Maria da Glória Gohn (2015), entre outros autores, parte da concepção sociológica de novos movimentos sociais e defende que os movimentos contemporâneos podem ser considerados novíssimos movimentos sociais. Para isso, a autora analisa aspectos dos movimentos que surgiram com a crise econômica de 2008 dos Estados Unidos, como o Occupy e o Indignados, e analisa como eles têm como característica o predomínio de pautas anticapitalistas e antiglobalização e as articulações em redes que, nos casos mais recentes, ocorrem via internet. Além disso, os novíssimos movimentos sociais também valorizam a forma de organização horizontal e não institucionalizada (GOHN, 2015).

Manuel Castells (2013) afirma que há pontos convergentes nas formas como ocorreram os movimentos sociais na contemporaneidade, além da forma de comunicação chamada pelo autor de autocomunicação de massa, sendo elas principalmente a negação da representatividade em âmbito organizacional, predomínio de perspectivas autonomistas, tomada de ruas e praças pela população e práticas de democracia direta. Segundo o autor, a comunicação não acontece ao mesmo tempo “mas uma pequena rede se conecta a muitas redes que se conecta a muitas redes e se chega a todo o mundo” (CASTELLS, 2013 *apud* MATIAS, 2013). E essa forma de comunicação é “auto” porque operava com total “autonomia na emissão das mensagens, na seleção da recepção das mensagens, na criação de redes sociais específicas. Assim, a capacidade de encontrar informação é ilimitada, se você tem critérios de busca – que não são tecnológicos e sim mentais ou intelectuais” (CASTELLS, 2013 *apud* MATIAS, 2013).³

³ Contudo, é importante ressaltar que, depois das ondas de protestos, houve a emergência de novos algoritmos capazes de conter e selecionar o alcance das informações e que passaram a ser largamente utilizados em todo o mundo pelos corporativistas detentores das redes sociais.

O Junho de 2013 brasileiro é um marco histórico inserido em um imaginário político complexo. Podemos pensar nele como potência (ou latência) de revolução, com continuidades que mexeram com o *modus operandi* da ação política nacional, como podemos ver nas ocupações escolares de 2016 e, de acordo com Pinheiro-Machado (2019), também na greve dos caminhoneiros em maio de 2018. Nesses dois exemplos, podemos ver que ao lado das latências revolucionárias se encontram as forças de reação: para as ocupações estudantis, os movimentos de desocupação; para as pautas trabalhistas dos caminhoneiros, os pedidos de intervenção militar.

Ficou nítido em minha pesquisa a valorização e a popularização dos modos de ação horizontais e autonomistas, em ressonância com o que se tem observado em outras partes do mundo sobre os movimentos sociais e a ação política na década de 2010.

Para os nativos com quem conversei,⁴ existe uma falácia generalizada no entendimento de Junho de 2013 como precursor do advento fascista.

Só diz que 2013 foi de direita quem:

1. não estava lá;
2. tem interesses eleitorais com essa afirmação. (ANÔNIMX, 2017).

Tinha gente de direita em 20 de junho [de 2013]? Sim, e vocês esperam o que em uma convulsão social, além de tudo amplamente divulgada pela Globo, quando ainda tentava dirigir os protestos? Felizmente, a esquerda independente tomou a dianteira e deu o tom daquele e dos protestos seguintes. Basta ver as pautas. A esquerda eleitoreira fugiu apavorada, ou viu que a crítica era inclusive àqueles que estavam no poder, se diziam de esquerda e mantinham as velhas práticas. Achar que oposição ao PT é necessariamente de direita é má-fé ou visão muito estreita de mundo. (ANÔNIMX, 2017).

De forma geral, percebia-se um descrédito crescente diante do sistema eleitoral e um esgotamento da população em relação aos modos de fazer política, considerada excludente. Esse descrédito surge, nos relatos, voltado ao modo da política institucional operar como um todo, e não apenas contra o PT.

O que motivou essas Jornadas de Junho é exatamente o descontentamento com os partidos. Que se a gente ainda tivesse alguma expectativa de conseguir transformação via partidária, a gente ainda estaria nos partidos, podia estar no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), no Partido Socialismo e

⁴ Os depoimentos coletados para minha tese são de pessoas anônimas, feitos durante 2014 e 2017 em diversas manifestações, conversas e entrevistas. Para mais informações, ver: MONTEIRO, Marina. *De pedra e pau: etnografia do Levante Popular de Junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.



Liberdade (PSOL): mesmo que você recusasse o PT você poderia estar no PSOL. Mas a sensação é que a via partidária não atende os menos favorecidos. (ANÔNIMX, 2014).

Em 2013 era muito, em qualquer lugar que você ia, do mais burguês ao mais humilde, as pessoas estavam falando de política, de seus problemas e “vamos solucionar”, “vamos quebrar tudo”, “é uma merda mesmo”. (ANÔNIMX, 2015).

Sob o meu ponto de vista, as manifestações de 2013 deram uma enorme contribuição pra [sic] uma mudança de cultura política. A gente vinha anos e anos sendo massacrados por governos, por sistemas econômicos e a partir de 2013 você vê o povo na rua. (ANÔNIMX, 2015).

A revolta era contra todo o sistema eleitoral e, como bem pontua Giuseppe Cocco (2018), foi o PT quem primeiro entendeu que o levante só podia ser anti-PT, porque viu nele suas pautas comprometidas.

Foram realizados muitos debates e muitas pesquisas até vir aqui ressaltar o que parecia óbvio:⁵ que Junho de 2013 foi um levante protagonizado pela esquerda. Mas não uma esquerda generalizada, e sim uma esquerda popular em vez de populista e combativa em vez de institucional – esse tipo de esquerda que incomoda a todos.

Foi de maneira vergonhosa que as esquerdas institucionais, sob o pretexto de combater a direita, acabaram aliadas de suas pautas. “É preciso esvaziar as ruas”, era a urgência petista então, e depois foram realizados repetidos esforços para que as aniquilassem de vez. E foi de maneira vergonhosa também que um partido que se reclama como esquerda criminalizou e criminaliza os protestos, assim como o fez e faz reiteradamente com os pobres que discursivamente se propõe a ajudar, mas que, na prática, tem apenas interesse quando esse é um sujeito potencial de consumo. Nenhuma instituição jamais quer o potencial de revolta, e seria inocente pensar nisso, uma vez que enquanto tal ela se propõe a continuar existindo.

Para Camila Jourdan (2023), 2013 situa-se no âmbito do que não é passível de ser assimilado, e daí a necessidade de ser amaldiçoado tanto pela esquerda institucional como pela direita em uma espécie de consenso que seria necessário “para que nunca mais se ouse ir pra rua” (JOURDAN, 2023), para que qualquer ação autônoma e popular seja pensada como passível de piorar a situação. Com a “minoridade de vândalos” não se negocia e, por isso, ela precisa desaparecer. Mais especificamente no campo da esquerda, essa narrativa deixa como mensagem que se a população se revoltar vai ser pior, aludindo ao risco de surgir um novo Bolsonaro, um fascismo. Em suma: a culpabilização dos revoltosos.

Os processos de criminalização foram imensos e intensos sob várias perspectivas: judiciais, midiáticas, prisionais, econômicas etc. É uma força repressora que cria o vândalo, mas ele

⁵ E compartilho aqui da indignação atribuída, não oficialmente, ao dramaturgo e poeta Bertolt Brecht: “Que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?”. Disponível em: https://pt.wikiquote.org/wiki/Bertolt_Brecht. Acesso em: 10 jan. 2024.

mesmo também se cria enquanto sujeito político ativo. E aqui talvez esteja o ponto de convergência entre ativistas e repressão sobre o significado do vândalo: a saber, aquele que faz política com as próprias mãos.

Assim, a valorização da ação direta, entendida aqui como metodologia de ação política que é feita sem intermédio de representantes, foi amplamente valorizada e disseminada nas manifestações de rua de 2013 e nas subsequentes, mas também é disseminada na forma de organização de movimentos autônomos que acontecem à revelia das instituições.

A ação direta passou a se tornar também, pelo menos pra [sic] uma parte da população, uma estética positiva – e isso com toda a luta da mídia corporativa e empresarial e dos bancos de tentarem colocar isso como uma coisa depreciativa e tentar ridicularizar ou assustar. E, ainda assim, principalmente nos que sentem a corda mais apertada, eu acho que esse modelo estético funcionou. [...] é uma coisa que eu me orgulho de ter ajudado isso. (ANÔNIMX, 2015).

A barricada fecha as ruas para abrir novos caminhos!⁶

O Levante de Junho de 2013 despertou mais do que revolta, mas também algo como uma nova paixão, um querer de mudanças e ação direta. Depois dos levantes, muitas manifestações surgem querendo manter ou reviver um espírito de 2013, um espírito de revolta latente. E é essa talvez a maior consequência de Junho: a certeza interiorizada de sempre existir uma possibilidade a mais de revolta.

Interessante observar nessas falas como alguns dos legados são também considerados partes do que os antecedeu, como a questão de se considerar ter aumentado o uso de ação direta, apartidária e a crítica às formas de liderança e verticalidade nas organizações, por exemplo, de forma que a insatisfação que gera as revoltas é também retroalimentada por elas, consolidam-nas e as tornam mais presentes discursivamente.

Gohn (2011) discute como os movimentos sociais desempenham papel educativo para os sujeitos que os compõem, e isso também pode ser visto nas narrativas sobre Junho de 2013 no Brasil. Nesse sentido, as manifestações trouxeram para dentro do imaginário político aquele tipo de aprendizado que apenas o dia a dia nas manifestações nas ruas conseguem propiciar, como mostram um pouco os relatos sobre criminalização massiva contra a tática *black bloc* feita pela mídia e a contrapartida prática que a experiência nas ruas propiciou. Como exemplo mais marcante podemos relembrar quando, em outubro de 2013, o sindicato estadual dos professores estava em greve e, durante a ocupação da Câmara, fazia o possível para que não fosse associado aos *black blocs*, entendidos como vândalos pela categoria. Quando a polícia utilizou de violência

⁶ Frase escrita por manifestantes em uma faixa levada para uma manifestação. Consultar nota de rodapé nº 3 para mais informações.

contra os professores, os adeptos da tática de autodefesa correram em seus auxílios e, após isso, até mesmo a instituição do sindicato teve que se mostrar favorável à tática.

As estratégias de segurança e a prática de autodefesa eram disseminadas ao mesmo tempo que as críticas contra as instituições e o capitalismo, assim como as discussões sobre a violência policial nas favelas e os abusos econômicos e sociais trazidos pelos megaeventos, passaram a ter maior alcance junto à população em geral.

Essas e tantas outras formas de aprendizado das ruas mudaram o próprio modo de se conceber política. De acordo com Bringel e Pleyers (2015), a partir do Levante Popular de Junho de 2013 ocorreu uma abertura sociopolítica que levou a um novo ciclo político no país. As consequências são visíveis nas manifestações que ocorreram de 2013 a 2016, mas também no surgimento de novos espaços e atores sociais que questionam as ações políticas tradicionais que aconteceram no país desde a redemocratização.

Bruno Cava (2014) retoma as discussões foucaultianas sobre a peste para pensar as potências de contágio que foram acionadas por Junho de 2013. A peste enquanto risco de colapso social é temida e controlada de toda forma, porque ela traz em si o potencial de destruir a ordem social estratificada. Essa potência de contágio se instaurou depois de junho no país, e contra ela toda força se investe, precisamente porque seu potencial de contágio é intenso. Inimigos políticos se tornam aliados (como foi o caso da aliança do atual presidente, Lula, e seu vice, Alckmin, antigos adversários nas eleições). Contra o contágio investem os governos, os fascismos, as elites, mas ele continua como ameaça que, senão imediata, ao menos como uma forma latente, como ervas daninhas sob as quais se não conseguem colocar o concreto, aos poucos ameaçam cada vez mais as estruturas.

Considerações finais

Sob uma perspectiva deleuze-guattariana, a leitura de um Junho de 2013 rizomático apontaria na direção das potências que surgem e que, precisamente por serem difusas e descentralizadas, seriam quase impossíveis de serem contidas. Como sabe bem os conhecedores de plantas e jardins, é depois das grandes tempestades e quando as raízes estão em maior potência de proliferação que também estão mais suscetíveis de serem arrancadas: quando encharcadas, são igualmente mais potentes e vulneráveis. Não estou afirmando aqui que é o ápice que propicia a queda e tampouco que esse seria o movimento natural das coisas, mas como algo que pode acontecer e eventualmente acontece. Quem me ensinou sobre essa fragilidade momentânea das raízes foi minha avó, com a sabedoria que adquiriu da avó dela, no cuidado dos pequenos territórios. Hoje, no tempo das transnacionais dos agrotóxicos e transgênicos que a tudo devastam, talvez esse ensinamento não tenha mais esse valor. Como alegoria aqui, no entanto, cabe bem: Junho de 2013 era um terreno encharcado e, como tal, teve alguns cortes em suas raízes. Um olhar superficial pode até mostrar uma terra pouco propícia, com alguns núcleos

verdes isolados espacial e temporalmente aqui e lá, mas que só acontecem porque há vida crescendo em redes embaixo da terra, resistindo e crescendo à espera de novas tempestades.

Mesmo com todas os ataques sofridos pela direita e pela esquerda institucional, o Levante de Junho persiste no imaginário político popular. E se ainda é necessário reafirmar a obviedade do caráter combativo à esquerda que Junho desempenhou e desempenha na nossa sociedade, é também porque seus efeitos ainda são sentidos como ameaça pelas instituições burguesas.

Podemos concluir, depois de 10 anos e uma série de intempéries no âmbito das políticas institucionais e não institucionais, Junho de 2013 se mostra presente irremediavelmente no cenário político, e não apenas como foco de discussões teóricas sobre seus motivadores e suas consequências, mas em um modo mais intrínseco no fazer política que se torna possível a partir de grandes fenômenos que abalam essencialmente os *modi operandi*. As contrapartidas reacionárias não têm o poder de anular isso, sejam elas proferidas pela direita ou pela esquerda. Amanhã vai ser maior, e sobre isso não se pode voltar atrás.

Referências

- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015.
- CARVALHO MORAES, Filipe P. [Mesa de abertura]. In: 2013 + (10): QUEM TEM MEDO DE JUNHO DE 2013?, 2023, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2023.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAVA, Bruno. A cidade da peste e seus carnavais. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.
- COCCO, Giuseppe. Nem coerentes, nem lógicas, as lutas de Junho de 2013 sobrevivem à revelia da compreensão da esquerda. [Entrevista cedida a] Ricardo Machado. *Adital, Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 13 jun. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/579838-nem-coerentes-nem-logicas-as-lutas-de-junho-de-2013-sobrevivem-a-revelia-da-compreensao-da-esquerda-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Maio de 68 não ocorreu. *Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-121, 2015.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. I.
- GERBAUDO, Paolo. *The mask and the flag: populism, citizenism, and global protest*. New York: Oxford University Press, 2017.



- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.
- GRAEBER, David. David Graeber: “O mercado financeiro é o principal criador de trabalhos de merda”. [Entrevista cedida a] Quino Petit. *El País*, [s. l.], 14 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/actualidad/1539173321_857486.html. Acesso em: nov. 2018.
- JOURDAN, Camila A. R. [Mesa de abertura]. In: 2013 + (10): QUEM TEM MEDO DE JUNHO DE 2013?, 2023, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2023.
- MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. *Galileu*, [s. l.], p.1-4, 12 jun. 2013.
- MONTEIRO, Marina. *De pedra e pau: etnografia do Levante Popular de Junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.
- REDE Universidade Nômade/Brasil. Depois do segundo turno: a terceira margem. *Rede Universidade Nômade*, Rio de Janeiro, 29 out. 2018. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/depois-do-segundo-turno-a-terceira-margem/>. Acesso em: nov. 2018.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 09-24, abr. 2011.